

ACTO PÚBLICO
8 Julho, 18 h. - Rua do Carmo, Lisboa

**SIM À
PAZ!**

**NÃO À
NATO!**

Campanha contra a Cimeira da NATO, Julho 2016 em Varsóvia

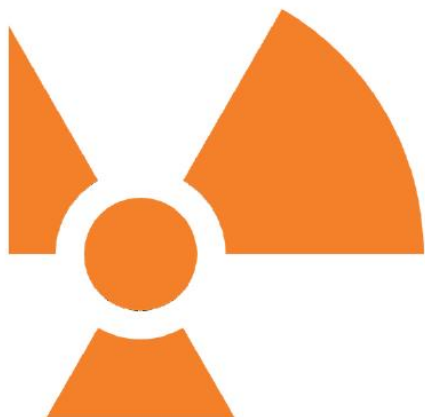
Sim à Paz! Não à NATO!

- Não aos objectivos belicistas da cimeira de Varsóvia

Tal como sucederá noutros países da Europa, também em Portugal organizações das mais variadas áreas de intervenção uniram-se para contestar os objectivos belicistas da cimeira que a NATO realiza na capital da Polónia, Varsóvia, nos próximos dias 8 e 9 de Julho, e afirmar a exigência da dissolução deste bloco político-militar, que tem sido a principal ameaça à paz e à segurança na Europa e no mundo. Num momento em que se multiplicam situações de tensão e conflito e aumenta a insegurança e a instabilidade internacionais, a realização desta cimeira e os seus objectivos belicistas, num momento em que a NATO se aproxima cada vez mais das fronteiras da Federação Russa e intervém no Mediterrâneo, são de uma imensa gravidade.

Os tempos não são de indiferença, mas de esclarecimento e mobilização: pela paz; pela retirada de todas as forças da NATO envolvidas em agressões militares; pelo fim da chantagem, desestabilização e guerras de agressão contra estados soberanos; pelo apoio aos refugiados, vítimas das guerras que a NATO promove e apoia; pelo encerramento das bases militares em território estrangeiro e do desmantelamento do sistema anti-míssil dos EUA/NATO; pelo desarmamento geral e da abolição das armas nucleares e de destruição massiva; pela dissolução da NATO; e pelo cumprimento por parte das autoridades portuguesas dos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa e na Carta das Nações Unidas, no respeito pela soberania e igualdade de povos e Estados.

Sim à Paz! Não à NATO!



Não às armas nucleares: desarmamento!

Até ao momento, só em duas ocasiões foram utilizadas armas nucleares: a 6 e 9 de Agosto de 1945, os EUA bombardearam com este tipo de bombas as cidades japonesas de Hiroxima e Nagasáqui, provocando a morte imediata a dezenas de milhares de pessoas, a morte lenta a muitas outras e graves deficiências e doenças, que ainda hoje persistem, em muitas das vítimas e nos seus filhos e netos.

Os actuais arsenais nucleares, com uma capacidade destrutiva incomparavelmente superior às bombas de 1945, são um inquietante motivo de preocupação para o mundo. Os EUA e a NATO admitem, nas suas estratégias ditas «de segurança», recorrer a armas nucleares num primeiro ataque, algo que nenhum outro país faz. A abolição das armas nucleares e de destruição massiva e o desarmamento geral, simultâneo e controlado são exigências prementes do nosso tempo.

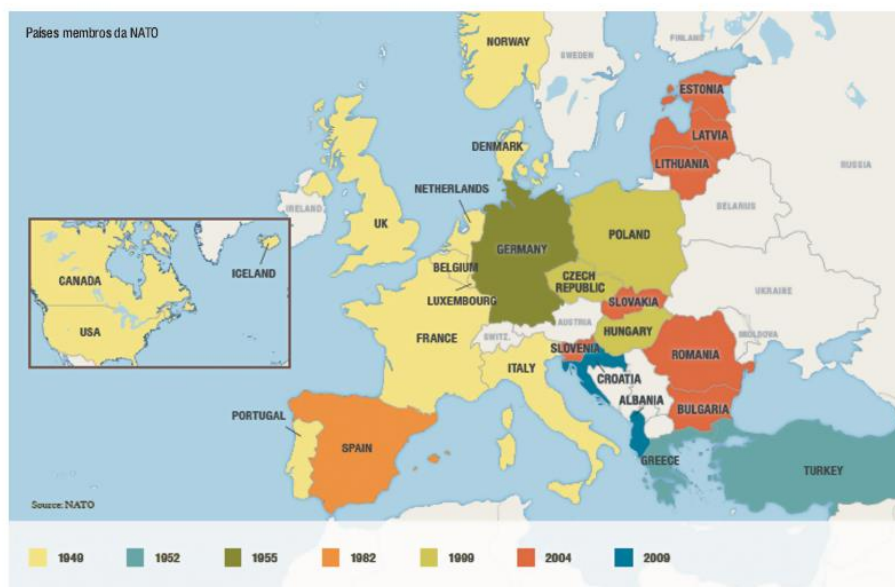


Tentáculos da destruição

Fundada em 1949 por 12 países, a Organização do Tratado do Atlântico Norte/NATO tem hoje 28 membros, espalhados pela América do Norte e Europa (da costa atlântica às portas da Ásia, do Mediterrâneo ao Mar do Norte). Os seus tentáculos estendem-se, porém, muito mais longe, através das «parcerias estratégicas» e acordos bilaterais que mantêm com diversos países e organizações de Estados em regiões sensíveis do globo, como o Atlântico Sul, África, Oceano Índico, Extremo Oriente e Pacífico Sul. A abertura de uma delegação de Israel junto da NATO e a parceria com o Japão (que recentemente revogou a disposição constitucional que o impedia de participar

em acções militares fora das suas fronteiras) assumem particular significado e gravidade. A União Europeia assume no Tratado de Lisboa a sua condição de « pilar europeu » da NATO.

O alargamento da NATO (quer o já efectuado quer o que se encontra em preparação), aliado às parcerias e acordos, à criação ou reactivação de novos comandos e à complexa rede de bases e instalações militares dos seus membros espalhadas pelo mundo, coloca hoje este bloco militar junto às fronteiras do que diz serem os seus «adversários estratégicos», a China e a Federação Russa, com os imensos riscos para a paz e a segurança que tal situação acarreta.



Cimeira de Varsóvia

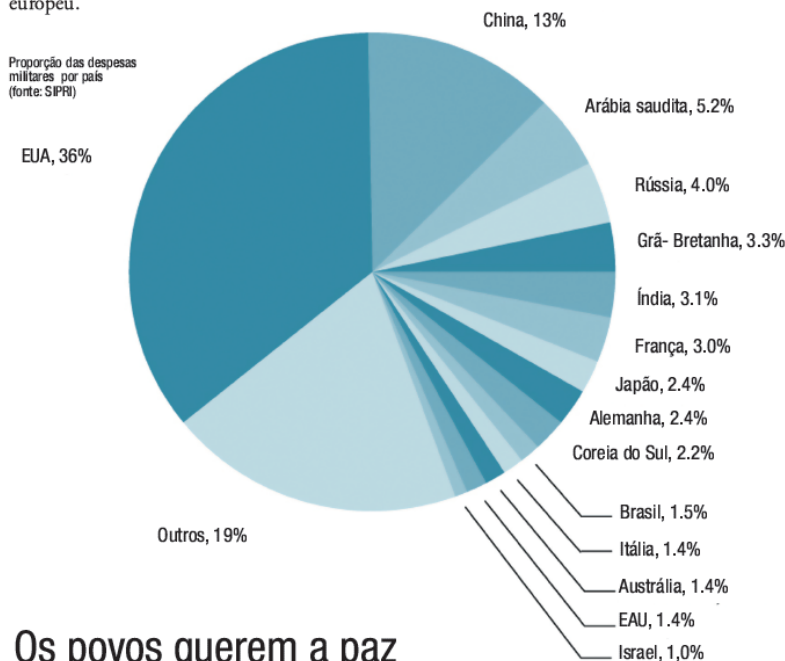
Ameaça aberta à segurança e à Paz

Numa entrevista recente a um órgão de comunicação polaco, o Secretário-geral da NATO Jens Stoltenberg revelou os objectivos belicistas da cimeira de Varsóvia, dirigida contra a segurança e a paz na Europa e no mundo. Um dos propósitos centrais é precisamente o avanço da «linha da frente» das forças da NATO ainda para mais perto da Federação Russa, nomeadamente com a colocação de forças militares em diferentes estados do Leste da Europa. Esta medida aumentaria ainda mais a pressão militar em torno da Rússia, considerada pela NATO (a par da China) como seu «adversário estratégico»: nas duas últimas décadas, a NATO integrou a maioria dos países que compunham o Pacto de Varsóvia, instalando em muitos deles bases e instalações militares.

Na cimeira de Julho deverá ser também anunciada a criação recente da «Força de Intervenção Rápida», composta por cinco mil homens capazes de intervir em qualquer ponto do mundo em 48 horas; pelo menos parte destas forças deverão ficar instaladas em países do Leste da Europa. Esta cimeira surge poucos meses após a realização dos maiores exercícios militares da NATO das últimas décadas – no Sul da Europa (envolvendo Portugal) e a Leste, no Mar Negro, no Mar Báltico e na Ucrânia.

O apoio a países não membros como a Ucrânia, a Geórgia e a Moldávia (todos com fronteiras com a Rússia), bem como com a Tunísia, o Iraque e a Jordânia estão entre os propósitos da cimeira afirmados pelo Secretário-geral.

Outros dos objectivos da cimeira são o alargamento da presença e acção da NATO no Médio Oriente e Norte de África, o aumento dos gastos militares dos países membros europeus da organização até dois por cento do PIB e o alargamento da cooperação entre a NATO e a União Europeia – definida como o seu pilar europeu.



Os povos querem a paz

A NATO constitui uma extensão do poder militar dos Estados Unidos da América e actua em função dos seus interesses. A sua fundação, em 1949 (quatro anos após o final da Segunda Guerra Mundial e seis anos antes da criação do Pacto de Varsóvia), permitiu a fixação de consideráveis forças militares norte-americanas na Europa e o condicionamento dos países da Europa ocidental aos interesses geo-estratégicos dos EUA.

A entrada da última década do século XX, o embuste que constituía o seu apregoado «carácter defensivo» ficou ainda mais evidente: ao desaparecimento do Pacto de Varsóvia não correspondeu a dissolução da NATO, antes o seu reforço: ela é hoje uma superestrutura de carácter abertamente ofensivo e de âmbito planetário.

Com a alteração do seu conceito estratégico em 1999, e novamente em 2010, a NATO reclamou para si a capacidade de intervir militarmente em qualquer ponto do mundo sob qualquer pretexto. Os povos da Jugoslávia, do Afeganistão, do Iraque e da Líbia e os milhões de refugiados, muitos dos quais sírios e que acorrem à Europa, conhecem bem o que significa verdadeiramente a sua «guerra contra o terrorismo» ou «às armas de destruição massiva», a «defesa dos direitos humanos» ou da «democracia»: milhões de mortos, feridos e órfãos, violações brutais dos mais elementares direitos humanos, destruição de Estados e das suas infra-estruturas, incluindo as sociais, saque de recursos naturais e controlo de mercados.

«Escudo anti-míssil»: grave ameaça à Paz

O que é o chamado «Escudo de Defesa Anti-míssil»? É um sistema que está a ser desenvolvido pelos EUA para detectar e interceptar qualquer tipo de míssil lançado de qualquer parte do mundo. Integram este sistema um conjunto de sensores ligados em rede, satélites espaciais, radares terrestres e marítimos, mísseis interceptores terrestres e marítimos e uma rede de comunicação, comando e controlo.

Onde se situam os seus componentes?

Os elementos deste sistema são operados por pessoal militar dos EUA a partir do seu Comando Estratégico, do Comando do Norte, do Comando do Pacífico, do Comando Europeu (dos EUA) e das forças estacionadas no Japão. Os EUA têm programas de «defesa» anti-míssil com um grande número de países, incluindo o Reino Unido, o Japão, a Austrália, Israel, a Dinamarca, a Alemanha, a Holanda, a República Checa, a Polónia, a Itália, a Espanha, a Roménia e muitos outros. A Agência de Defesa Anti-míssil participa activamente em operações da NATO.

É um sistema defensivo, como alegam os EUA?

Só na aparência. Ao ser capaz de interceptar qualquer míssil, o sistema garante, na prática, aos Estados Unidos da América o monopólio deste tipo de armamento. Ao contrário do que sucede actualmente, os EUA poderiam lançar um ataque (inclusivamente nuclear) contra um qualquer país do Mundo, ficando a salvo de uma eventual resposta.

Que consequências pode ter, para a paz, este sistema?

A primeira consequência é, desde logo, o já referido monopólio nuclear de facto que pode proporcionar para um país isoladamente, no caso os EUA, o único a ter utilizado armamento nuclear e que nunca expressou o compromisso de não o fazer novamente em primeiro ataque. Este sistema levará também, e inevitavelmente, à corrida aos armamentos por parte de outros países que procurarão formas de o contornar ou neutralizar. A sua plena entrada em funcionamento significaria um drástico desequilíbrio de forças à escala mundial.

Equipar um único soldado dos EUA custa mais do que educar dois portugueses durante um ano



Os EUA gastam no seu arsenal nuclear o correspondente ao rendimento anual médio de 1,5 milhões de famílias portuguesas



Só este porta-aviões pagava todas as despesas de saúde em Portugal durante um ano e meio



São precisos 1458 salários mínimos nacionais para comprar um único míssil de cruzeiro



Milhões para a guerra

Em 2015, gastou-se no mundo mais de 1700 mil milhões de dólares em armamento e equipamento militar (dados do SIPRI). Os EUA, com despesas militares na ordem dos 600 mil milhões, continuam a ser de longe o país que mais investe na guerra, assumindo sozinho 36 por cento do total das despesas militares mundiais. Os três países que se seguem – China, Arábia Saudita e Rússia – não chegam, juntos, a metade do valor dos EUA.

Em conjunto, os 28 países da NATO assumem perto de 50 por cento do total dos gastos militares (ou seja, tanto quanto os restantes 165 Estados membros das Nações Unidas), constituindo-se como os principais dinamizadores da actual corrida aos armamentos. Esta «superioridade» é ainda mais flagrante se a estes gastos somarmos os

realizados por outros parceiros da NATO, como a Arábia Saudita (5 por cento do total), o Japão (2,4 por cento), a Coreia do Sul, a Austrália, os Emirados Árabes Unidos ou Israel. É ainda de registar o aumento significativo das despesas militares em muitos dos países do Leste da Europa, particularmente nos três estados do Báltico, na Polónia, na Roménia e na Eslováquia. O que se gasta em armamento e equipamento militar e o que se gasta na guerra, dava para resolver todos os problemas alimentares e sanitários que afectam hoje muitos milhões de pessoas em todo o mundo, pelo que o fim da corrida aos armamentos e a redução significativa das despesas militares, libertando avultados recursos para infra-estruturas e apoios sociais, são imperativos políticos e éticos.

Dissolução dos blocos político-militares: princípio constitucional

Na sua intervenção pela paz e pela dissolução da NATO, os activistas portugueses do movimento da paz têm um aliado de peso, a Constituição da República Portuguesa, que no seu artigo 7.º preconiza o fim dos blocos político-militares, o desarmamento e a não ingerência nos assuntos dos estados. Eis os três primeiros pontos desse artigo:

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a

emancipação e o progresso da humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de

segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

3. Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão.



Organizações Promotoras: Conselho Português para a Paz e Cooperação; Confederação-Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional; Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto; Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins; Movimento Democrático de Mulheres; Associação Intervenção Democrática; Mó de Vida – Cooperativa; Associação Portuguesa de Amizade e Cooperação Iúri Gagárin; União dos Sindicatos de Lisboa; Juventude Comunista Portuguesa; Ecolojovem – «Os Verdes»; Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente; Federação Nacional dos Professores; MURPI – Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos; Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas (FIEQUIMETAL); Associação Conquistas da Revolução; Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal (FESAHT); Associação de Reencontro dos Emigrantes; Sindicato dos Professores da Região Centro; Sindicato dos Trabalhadores Civis das Forças Armadas, Estabelecimentos Fabris e Empresas de Defesa (STEFFAS); STFPSSRA - Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas; União de Resistentes Antifascistas Portugueses; Associação de Amizade Portugal-Cuba; Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC).